


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0003510-55.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Licença-Prêmio**
 Requerente: **Sandra Regina Leonel Avansi**
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

RELATÓRIO

SANDRA REGINA LEONEL AVANSI move ação contra a FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (cf. emenda de fls. 13/14) postulando o pagamento de licença prêmio não gozada por necessidade de serviço, no valor de R\$ 4.488,72, com o reconhecimento de isenção do Imposto de Renda.

A ré foi citada e contestou (fls. 22/32) alegando: não preenchimento do requisito de que o período de exercício seja ininterrupto, para o próprio bloco aquisitivo da licença-prêmio, art. 209 da Lei nº 10.261/68; não demonstração pela autora de que, no período, não sofreu penalidade administrativa, também art. 209, Lei nº 10.261/68; ausência de autorização legal para a conversão da licença-prêmio em pecúnia, nos termos do art. 1º da Lei Complementar nº 857/1999; não observância dos requisitos específicos da conversão em pecúnia de apenas 30 dias da licença-prêmio para os integrantes dos Quadros do Magistério ou do Apoio Escolar da Secretaria da Educação, previstos no art. 1º da Lei Complementar nº 1.015/07; descabimento, em caso de procedência, da isenção de Imposto de Renda.

Aos autos aportaram documentos da Dirigente Regional de Ensino (fls. 60/61).

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 330, I do CPC, uma vez que a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, não havendo necessidade de outras provas.

O bloco aquisitivo da autora é de 2003 em diante (fls. 62), o que afasta a possibilidade de conversão da licença prêmio em pecúnia como pretendido, pois a Lei Complementar nº 857/1999, em seu art. 1º, estabeleceu: **“fica vedada a conversão em pecúnia de períodos de licença-prêmio”**.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215, . - Centro

CEP: 13560-290 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

A autora, salvo melhor juízo, não compreendeu o resultado do julgamento da ADIn 857/99, pois nesta **o E. STF não declarou inconstitucional a proibição da conversão em pecúnia**, mas tão-somente garantiu a irretroatividade da lei, para excluir de seu alcance as situações jurídicas já constituídas até a data de sua entrada em vigor – não sendo este o caso dos autos.

A conversão pretendida, portanto, não encontra amparo legal.

Tal situação não configura enriquecimento ilícito da Administração, porque não foi negada a fruição do benefício, apenas a conversão em pecúnia foi vedada.

Como a autora ainda está em atividade, nada a impede de requerer o gozo da licença prêmio, oportunamente.

Observe-se porém, ao final, que para o caso da autora, por integrar o Quadro do Magistério ou o Quadro de Apoio Escolar, da Secretaria da Educação, a Lei Complementar nº 1.015/07 autoriza a conversão em pecúnia, mediante requerimento, de uma parcela de 30 dias de licença prêmio, observados certos requisitos.

Todavia, não é este o pedido deste processo e, ademais, não consta haver qualquer resistência da Administração Pública em conceder-lhe essa conversão parcial, tanto que a Dirigente Regional de Ensino, às fls. 60, expressamente afirma que a autora poderá obtê-la desde que o requeira no prazo de 3 meses antes do mês do seu aniversário (dezembro/2013), se nos 12 meses anteriores não tiver faltas injustificadas. O juízo não determina o pagamento desta conversão parcial porque não é esta a causa de pedir trazida, e porque falta interesse processual para tanto.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a ação e CONDENO a autora em custas e honorários advocatícios, arbitrados estes em R\$ 678,00, observada a AJG.

P.R.I.

São Carlos, 12 de novembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA